



Número: **0800012-26.2019.8.18.0167**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JECC Teresina Sudeste Anexo I CEUT**

Última distribuição : **02/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MAURO SILVA COSTA (AUTOR)		JOAO GABRIEL CARDOSO MANGUEIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11508425	25/08/2020 08:49	Ata da Audiência	Ata da Audiência

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL ZONA SUDESTE

Processo nº 0800012-26.2019.8.18.0167

Promovente: MAURO SILVA COSTA

Advogado: JOÃO GABRIEL CARDOSO MANGUEIRA OAB/PI 16911

Promovido(a): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

PREPOSTO: ALANA STEFANE LIMA FERREIRA

ADVOGADO: HERISON HELDER PORTELA PINTO OAB/PI 5367

TERMO DE AUDIÊNCIA UNA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Aos 25 de agosto de 2020, às 08:30 horas, nesta cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí, na sala de audiências virtual deste Juizado Especial, pelo aplicativo WhatsApp, em atendimento ao § 2º do Art. 6º da Resolução 314 do CNJ e a Lei 13994/2020, bem como em conformidade com a Portaria 994/2020 do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, sob a supervisão do MM. Juiz Dr. Jorge da Costa Veloso, presente a Juíza Leiga deste Juizado. Feito o pregão, verificou-se a presença da parte Autora acompanhada de seu respectivo patrono, e a parte Ré representada por preposto acompanhado de advogado. Com o registro da presença das partes e observadas as formalidades legais, foi declarada aberta a presente audiência. Feita a tentativa de conciliação, não houve possibilidade de acordo. A parte promovida apresentou contestação e documentos já inseridos no Sistema PJE. **Depoimento pessoal da parte autora:** “que se acidentou em 03 de fevereiro de 2019 e quebrou o braço esquerdo na altura do antebraço e a perna esquerda foi amputada na altura do joelho; que foi negado seu pedido administrativo mas não sabe por quê; que não estava com seu seguro DPVAT em dia. **Depoimento pessoal do preposto dispensado.** **Sem testemunhas.** Indagado se as partes desejam produzir mais provas, a resposta foi negativa. **Alegações finais da parte autora:** “MM. Juiz, remissivas à Inicial”. **Alegações finais da parte requerida:** “MM. Juiz, Mm juiz a seguradora alega que os documentos juntados aos autos não tem o condão de comprovar as alegações de invalidez total decorrente do acidente em especial pela juntada do laudo do IML que não tem conclusão em relação a adequada enquadramento do membro inferior e superior afetado pelo acidente, apenas diz que há limitação do antebraço esquerdo. Por este motivo requer que seja expedido ofício ao IML para que seja feito a conclusão do enquadramento da lesão conforme a lei que rege o seguro DPVAT.”. Faço conclusos os autos para prolatar sentença. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiência, da qual foi lavrado este termo, tendo as partes manifestado concordância com o seu teor. Deixo de imprimir em virtude do Plano de Logística Sustentável – Resolução nº 60/2017, sendo a presente ata devidamente assinada digitalmente apenas pelo presidente deste ato, nos termos da Resolução CNJ 185/2013, da Lei 11.419/2006 e do artigo 2º, §3º da Portaria 994/2020 do TJPI.

Dra. Suzana Maria Viana Sousa
Juíza Leiga

Promovente: _____

Advogado: _____

Promovido (Preposto) : _____



Advogado: _____

